

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do
Sector Rodoviário e Ferroviário**

54.^a Reunião
(20 de fevereiro de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 17 horas e 50 minutos.

Foram apreciados, tendo sido posteriormente rejeitados, requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PS no sentido de deporem na Comissão as seguintes personalidades: Dr. António Bagão Félix, Dr. Marques Mendes, Prof. Alfredo Marvão Pereira, Ministro da Economia (Álvaro Santos Pereira), Dr. António Mendonça, Dr. António Mexia, Dr. Joaquim Pais Jorge, Dr.^a Manuela Ferreira Leite, Secretária de Estado do Tesouro (Maria Luís Albuquerque), Dr. Paulo Ribeiro de Campos, Dr. Pedro Silva Costa, Dr. Pedro Gonçalves, Secretário de Estado das Obras Públicas (Sérgio Monteiro), Eng.º Valente de Oliveira, Ministro de Estado e das Finanças (Vítor Gaspar), Eng.º Vítor Domingues dos Santos e Dr. Bertrand d'Hérouville. Foi ainda aprovado, após apreciação, um requerimento, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, no sentido de deporem na Comissão o Dr. Francisco Pereira Soares, o Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida, o Eng.º Pedro Serra, o

Eng.º Alberto Conde Moreno, o Dr. Jorge Coelho e o Dr. Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues. Usaram da palavra, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), Nuno Encarnação (PSD) e Sérgio Azevedo (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 23 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a reunião.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados, procurando fazer uma reunião meteórica ou pelo menos expedita, queria, em primeiro lugar, chamar a atenção para o seguinte: os nossos trabalhos terminam improrrogavelmente no dia 12 de maio, ou seja, faltam 11 semanas; acresce que, nos termos da lei, todas as diligências têm de ser marcadas até 15 dias antes do termo do prazo fixado para a apresentação do relatório, o que significa que só temos possibilidade de requerer novas audições mais ou menos até 25 ou 26 de abril. Como não há trabalhos parlamentares no dia 26 de abril, porque é o congresso do PS, chamo a atenção de que só podemos deliberar novas audições até ao dia 24 de abril, quarta-feira, ou seja, temos de ser expeditos nas decisões a tomar em matéria de audições.

Portanto, a sugestão que faço é que, relativamente às subconcessões, as propostas de envio de questionários e de eventuais audições sejam feitas até ao dia 8 e, relativamente ao último bloco, até ao dia 22 de março, para depois podermos calendarizar os nossos trabalhos.

Temos, agora, de tomar decisões relativamente às audições propostas.

Foram recebidas propostas por parte do PS e do PSD e CDS que convergem em três nomes, ou seja, há três personalidades em relação às quais há consenso dos três partidos: o Dr. Francisco Pereira Soares, o Eng.º Pedro Serra e o Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida.

Portanto, podemos dar como aprovadas estas três personalidades e ouvi-las já para a semana.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, quero apenas fazer uma sugestão metodológica: atendendo ao número de semanas que faltam e às audições e trabalhos que ainda temos pela frente, talvez fosse seria possível voltarmos à prática inicial de também reunirmos à terça-feira e, como temos uma grelha muito mais curta, se calhar, até fazer duas audições nesse dia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, nada tenho a opor. Como já não estávamos a fazer isso, já dispus da próxima terça-feira, mas concordo que possamos retomar esse ritmo a partir da semana seguinte ou, se quiserem, como há vice-presidentes, reunir mesmo na próxima terça-feira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, também nada tenho a opor, embora tenhamos todos de reformatar as nossas agendas.

Acho que seria conveniente aprovarmos quem vamos ouvir, porque nos daria uma perspetiva do trabalho que temos. Assim, usaríamos as terças-feiras de forma supletiva, caso sentíssemos necessidade de acelerar ou não os nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, da proposta do PS consta mais um conjunto de 17 personalidades e da proposta do PSD e CDS mais 4, o que significa que, com as 3 que já referimos, temos um total máximo de 24 personalidades a ouvir, se tudo for aprovado.

Acho que não temos outra alternativa que não seja submeter à votação estes nomes individualmente.

Como o Sr. Deputado Bruno Dias acaba de entrar na sala, aproveito para o informar que já demos como aprovadas as audições do Dr. Francisco Pereira Soares, do Eng.º Pedro Serra e do Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida, porque foram propostas quer pelo PS quer pelo PSD e CDS-PP, e vamos passar, agora, à votação de cada uma das personalidades propostas pelo PS e pelo PSD e CDS.

Vamos começar pela proposta de audição do Dr. António Bagão Félix, apresentada pelo PS. Pergunto aos Srs. Deputados se pretendem apresentar e fundamentar as propostas ou se podemos passar à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, os requerimentos ficam anexados à *Ata*?

O Sr. **Presidente**: — Podem ficar, com certeza.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — É que, em razão de economia dos trabalhos, como temos fundamentação em todos os requerimentos, se ficarem anexos à *Ata*, remete-se para essa fundamentação e fica transcrito. Caso contrário, terei de fundamentar um a um.

O Sr. **Presidente**: — Se ninguém se opuser, ficam anexos à *Ata*.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Se o Sr. Presidente concordar e ninguém se opuser, nós dispensamo-nos de apresentar oralmente todas as nossas propostas.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Não havendo objeções, assim será.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, numa primeira análise, disse que cada pessoa é uma pessoa e que devíamos votar um a um. Contudo, por uma questão de facilitar o trabalho da Comissão, sendo que o CDS vai rejeitar 99% dos nomes apresentados pelo PS, pergunto se vai enunciá-los todos. Se não o fizer, não impede que os nomes sejam citados, que na *Ata* conste o nome e o sentido de voto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já agora, se quiser facilitar ainda mais o nosso trabalho, pergunto-lhe se o CDS pretende isolar algum nome das propostas do PS.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Aprovamos o Dr. Francisco Pereira Soares...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, Francisco Pereira Soares, Pedro Serra e Vítor Manuel Batista de Almeida já estão aprovados.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, são só esses. Em relação a todos os outros, votamos contra.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se o PSD pretende isolar algum nome de entre os propostos pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas fazer uma brevíssima reflexão sobre esta matéria, para depois não haver mal entendidos por parte do Partido Socialista.

Nós não queremos deixar de chamar as pessoas que têm responsabilidades políticas nestes assuntos, mas há aqui um imenso conjunto de nomes que não faz qualquer sentido nestas sete mais duas PPP que estamos agora a analisar. Por exemplo, o Dr. Marques Mendes nunca assinou nenhum contrato sobre tudo isto. Ou seja, há coisas que não fazem qualquer sentido nesta proposta do Partido Socialista.

Nesse sentido, acompanhamos a posição que o CDS-PP ainda agora demonstrou, sendo certo que há membros do atual Governo que, seguramente, serão chamados mais tarde. Por exemplo, o Sr. Secretário de Estado e o Sr. Deputado Paulo Campos estiveram cá ainda há pouco tempo e tiveram a oportunidade de falar sobre tudo e mais alguma coisa. Por isso chamá-los agora é estar a repetir, a prolongar e a empatar os trabalhos, quando temos, de facto, 11 semanas para ouvir pessoas relativamente a mais três pontos que estão agendados para a Comissão. É esta a justificação.

Tenho a certeza de que essas pessoas virão à Comissão posteriormente, e não temos qualquer problema que venham, mas, se queremos fechar este assunto e se temos celeridade no mesmo, não vale a pena estar a chamar nomes quase fantasma, pessoas que não tiveram nada a ver com este assunto. Daqui a pouco estaríamos a chamar o Dr. Durão Barroso, porque, na altura, na Figueira da Foz, anunciou o TGV...!

Sr. Presidente, é esta a nossa opinião, para que não restem dúvidas que nós não queremos calar ninguém, não queremos deixar de ouvir ninguém, mas queremos que a Comissão decorra fluentemente, com rapidez e com objetividade.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, pergunto se podemos enunciar os nomes propostos pelo PS e votar em conjunto ou se pretendem isolar algum nome.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Como disse, quanto a estes três nomes, acompanhamos o CDS-PP; em relação a tudo o resto, para nós, não faz sentido nesta altura.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar a proposta apresentada pelo PS de audição das seguintes personalidades: Dr. António Bagão Félix, Dr. Marques Mendes, Prof. Alfredo Marvão Pereira, Ministro da Economia Álvaro Santos Pereira, Dr. António Mendonça, Dr. António Mexia, Dr. Joaquim Pais Jorge, Dr.^a Manuela Ferreira Leite, Secretária de Estado do Tesouro Maria Luís Albuquerque, Dr. Paulo Ribeiro de Campos, Dr. Pedro Silva Costa, Dr. Pedro Gonçalves, Secretário de Estado das Obras Públicas Sérgio Monteiro, Eng.º Valente de Oliveira, Ministro de Estado e das Finanças Vítor Gaspar, Eng.º Vítor Domingues dos Santos e Dr. Bertrand d'Hérouville.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, em razão de economia desta reunião, eu tinha feito a proposta metodológica e muito mais prática de anexar à *Ata* os nossos requerimentos, que contêm a

fundamentação. Contudo, como o Sr. Deputado Nuno Encarnação fez uma espécie de declaração de voto oral em que qualificou todos os requerimentos do Partido Socialista, gostava de fazer uma declaração de voto oral, fundamentando um a um os nomes que entendemos que deviam ser chamados à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pretende, então, fazer essa declaração?

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo (PS)**: — O Partido Socialista entende que o Dr. Marques Mendes devia ser ouvido por esta Comissão, uma vez que, no exercício das suas funções governamentais, participou e propagandeou uma decisão política de alteração do traçado da concessão de Costa de Prata e esta decisão provocou um atraso na construção de infraestruturas e um sobrecusto potencial de cerca de 500 milhões de euros. Portanto, parecia-nos útil que esta Comissão de Inquérito apurasse as razões de tal decisão e participação do Dr. Marques Mendes neste processo.

Também tem sido uma matéria muito debatida a análise custo-benefício de todas as decisões e o impacto dessas decisões políticas. Assim, entendemos que esta Comissão devia ouvir o Prof. Alfredo Marvão Pereira, uma vez que ele foi responsável pelos estudos de análise custo-benefício das concessões SCUT Algarve, Norte Litoral, Costa de Prata, Beiras Litoral e Alta, Interior Norte, Beira Interior e Grande Porto. Se queremos analisar devidamente os custos e os benefícios de cada uma destas decisões, é

lamentável que esta Comissão não queira ouvir os responsáveis por estes estudos.

Entendemos também que, enquanto decisor da tutela setorial responsável pela introdução de portagens nas concessões Algarve, Interior Norte, Beiras Litoral e Alta e Beira Interior, esta Comissão devia ouvir o atual Ministro da Economia e do Emprego em relação a estas decisões políticas que tomou.

Do mesmo modo, a Comissão devia ouvir o Dr. António Bagão Félix — já focado em interventores anteriores — que, na qualidade de Ministro das Finanças do XVI Governo responsável pela tutela financeira das parcerias público-privadas, tomou a decisão de introdução de portagens nas concessões SCUT. Esta é uma matéria que tem sido muito focada e abordada nesta Comissão, até pelas características do processo de negociação, que se iniciou e levou à introdução de portagens naquelas vias, com as consequências que temos vindo a analisar aqui, na Comissão.

Entendemos, ainda, que o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVIII Governo, Prof. António Mendonça, que foi o responsável pela tutela setorial que alterou as bases dos contratos das concessões Beiras Litoral e Alta, Costa de Prata, Norte Litoral, Grande Porto, Grande Lisboa e Norte, devia ser ouvido nesta Comissão, porque essas alterações das bases dos contratos de concessões tiveram impacto na matéria em apreço.

Consideramos, igualmente, que esta Comissão devia ouvir o Dr. António Mexia enquanto Ministro das Obras Públicas do XVI Governo responsável pela tutela setorial que tomou a decisão de introdução de portagens nas concessões SCUT, com as consequências que temos estado a analisar nesta Comissão de Inquérito.

Assim como entendemos que também devia ser ouvido o Dr. Joaquim Pais Jorge que foi membro das comissões de renegociação das SCUT Algarve, Interior Norte e Beira Interior em representação do Ministério das Obras Publicas. Como estamos a analisar estas renegociações, entendemos que seria pertinente ouvir os membros da comissão de negociação.

Do mesmo modo, devíamos ouvir a Dr.^a Manuela Ferreira Leite enquanto Ministra das Finanças do XV Governo responsável pela tutela financeira, porque aprovou a alteração do traçado da concessão Costa de Prata, celebrou o contrato de concessão Grande Porto, nomeou as comissões de negociação de reequilíbrio financeiro desta concessão e da concessão Norte, para além de ter lançado a concessão Grande Lisboa. Uma vez que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem vindo a solicitar a audição de responsáveis políticos — tutela financeira, tutela setorial — por algumas destas decisões, seria muito pertinente que a Dr.^a Manuela Ferreira Leite fosse ouvida a propósito desta matéria.

Analogamente, a atual Secretária do Estado do Tesouro, Dr.^a Maria Luís Albuquerque, também no âmbito da sua tutela setorial, como teve responsabilidades diretas na decisão de introdução de portagens nas concessões Algarve, Interior Norte, Beiras Litoral e Alta e Beira Interior, era muito pertinente que fosse inquirida nesta Comissão de Inquérito.

Do mesmo modo, devíamos ouvir o atual Deputado Paulo Campos, porque não há sessão em que os Srs. Deputados da maioria não o invoquem na sua qualidade de Secretário das Obras Públicas dos XVII e XVIII Governos e ele teve responsabilidades em várias renegociações e processos que têm sido aqui invocados. No entanto, a maioria, que propôs esta Comissão de Inquérito, que é mais uma comissão de acusação de alguns responsáveis políticos a começar pelo Dr. Paulo Campos, depois de o ter

ouvido, perdeu significativamente a vontade, porque, de facto, é muito mais fácil fazer acusações sem ser na presença dos visados, não pretendendo que eles esclareçam o que há para esclarecer. Isto compreende-se, porque, cada vez que chamam o Dr. Paulo Campos, a audição corre manifestamente mal para os partidos da maioria.

Igualmente, consideramos pertinente, como referi há pouco, que fosse ouvido por esta Comissão o Dr. Pedro Silva Costa que foi membro das comissões de renegociação das SCUT, em representação do Ministério das Obras Públicas. Se estamos a tratar de renegociações, é pertinente que os membros que fizeram essas renegociações sejam ouvidos e inquiridos.

Consideramos ainda que devem ser ouvidos representantes de algumas das empresas, à semelhança de outros, e por isso apresentámos a proposta de audição por esta Comissão do Dr. Pedro Gonçalves, que desempenhou funções na empresa Soares da Costa, principal acionista da concessão rodoviária Beira Interior. Não percebemos por que é que há interesse em chamar algumas empresas e alguns responsáveis e não se quer ouvir outros responsáveis.

À semelhança da Secretária de Estado do Tesouro, entendemos que também o Dr. Sérgio Monteiro teve responsabilidades políticas diretas, no âmbito da sua tutela setorial, na decisão de introdução de portagens nas concessões Algarve, Interior Norte, Beiras Litoral e Alta e Beira Interior e devia, portanto, ser ouvido nesta Comissão.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, queríamos ouvir o Eng.º Valente de Oliveira, que foi Ministro das Obras Públicas do XV Governo, responsável pela tutela setorial, aprovou a alteração do traçado da concessão Costa de Prata e celebrou o contrato de concessão Grande Porto. Não entendemos por que é que, tendo tido intervenção direta nestes contratos e nestas

alterações de traçado que têm significativos impactos na matéria em apreço, a maioria não quer ouvir o Eng.º Valente de Oliveira.

Igualmente, devíamos ouvir o atual Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Vítor Gaspar, enquanto decisor da tutela financeira e responsável direto e interveniente na decisão de introdução de portagens nas concessões Algarve, Interior Norte, Beiras Litoral e Alta e Beira Interior. Não percebemos a seletividade da maioria, por que é que quer ouvir alguns ex-responsáveis da tutela financeira de algumas parcerias público-privadas e dispensa outros.

Para terminar, à semelhança de outras empresas e do Dr. Pedro Gonçalves que referi há pouco, não percebemos a seletividade da maioria em termos de audição de algumas empresas e, por isso, propusemos a audição do Dr. Bertrand d'Hérrouville, Diretor Geral da NorScut, empresa concessionária da SCUT Interior Norte, e do Eng.º Vítor Domingos dos Santos, que desempenha as funções de Presidente da Euroscut, concessionária das ex-SCUT Algarve e Norte Litoral. Também aqui não percebemos por que é que há interesse da maioria em ouvir algumas empresas e há interesse em branquear outras situações.

Por isso, com esta votação que aqui tivemos, concluímos que, de facto, esta Comissão é uma comissão de acusação de algumas empresas, de alguns responsáveis políticos, quer da tutela setorial quer da tutela financeira, e de branqueamento de outras situações. Lamentamos que esse facto aconteça, lamentamos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito se tenha transformado nisto, mas ainda temos 11 semanas de trabalho.

Já aqui dissemos, mais do que uma vez, que, se calhar, mais valia que a maioria apresentasse as suas conclusões, porque, manifestamente, quer esclarecer muito pouco ou não quer esclarecer nada, quer apenas e só fazer um fato à medida de conclusões que já estão há muito delineadas para

serem apresentadas e talvez por isso não quer voltar a chamar alguns responsáveis. Pena é que as audições desmintam as conclusões, mas isso não será problema, porque, com alguma criatividade, a maioria certamente fará aprovar as conclusões que entende.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, pedi a palavra não para responder a este delírio do Partido Socialista, que ficará registado em *Ata* e nos requerimentos.

Talvez o Partido Socialista tenha dificuldade em perceber o que vou dizer, mas gostava de propor, no nosso requerimento, que retirássemos o nome do ex-Ministro Mário Lino, não porque queremos branquear ou esconder o que quer que seja, mas porque entendemos, na avaliação que fizemos de todas as parcerias público-privadas de obras feitas segundo o Plano Rodoviário Nacional — que é do desconhecimento do Sr. Deputado do PS que agora acaba de falar, porque, porventura, não deu conta —, aprovado por unanimidade na Assembleia da República, que aquilo que é a execução do PRN e que não configura nenhum prejuízo para o Estado são avaliações que não interessa fazer, estão feitas. Queremos concentrar-nos naquelas avaliações em que, do ponto de vista do Tribunal de Contas, do ponto de vista do Orçamento, do ponto de vista das várias comissões, foram encontrados desencontros entre o interesse público e o Plano Rodoviário Nacional, nomeadamente nas subconcessões.

Portanto, como o Sr. Presidente disse e bem, temos até dia 22 de março para apresentar nomes a ouvir quanto às subconcessões — e, porventura, vamos surpreender e entrar em algum litígio com a afirmação e declaração de voto que o Sr. Deputado acabou de fazer.

Assim, como já ouvimos o ex-Ministro Mário Lino e entendemos que nesta avaliação que queremos fechar agora não faz muito sentido ouvi-lo outra vez, gostaria de propor que se retirasse o seu nome do nosso requerimento, sem embargo de, na avaliação que vamos fazer posteriormente, no prazo e no bloco de parcerias público-privadas que vamos avaliar, voltar a chamar alguns nomes, para que não fiquem dúvidas de que queremos ir a todas as parcerias e até às últimas consequências.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a minha sugestão para a entrega de propostas de audições para as subconcessões é até dia 8 e para as restantes é até dia 22.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, queria acompanhar a justificação que o Sr. Deputado Hélder Amaral aqui referiu quanto à retirada do nome do Eng.º Mário Lino. Aliás, estão referidos nomes de pessoas que já cá vieram e poderão vir novamente, mas acho que estar agora a repetir e a chamá-las quando já falaram muitas vezes sobre estas matérias não é interessante para a Comissão, porque é um atraso para os trabalhos da Comissão.

Por outro lado, Sr. Presidente, acho que o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo não deve ter visto os *e-mails*, porque recebemos todos por *e-mail* o que acabou de ler e escusava de nos ter feito este treino de leitura. Não havia necessidade de estarmos a ouvir todos os requerimentos lidos. Gosto muito de ouvir o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, mas tratou-se apenas de um treino de leitura na Comissão Parlamentar.

Devo dizer ainda que nós não somos uma comissão de acusação, somos uma Comissão de Inquérito. Acusações é com o Ministério Público,

não é connosco. Estamos aqui para apurar a verdade, para perceber as boas e as más práticas que aconteceram no passado e também para podermos ajudar a decidir o que no futuro se pode fazer melhor do que se fez até agora.

Queria apenas para dizer isto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, agora, passar à votação da proposta de audição do Eng.º Alberto Conde Moreno, do Dr. Jorge Coelho e do Dr. Eduardo Ferro Rodrigues, apresentada pelo PSD e CDS-PP.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, quero fazer uma declaração de voto oral.

Ao contrário da maioria, o Partido Socialista tem votado consistentemente sempre a favor de todas as audições apresentadas, mas registamos, mais uma vez, não digo a nossa estranheza porque já estamos habituados, mas a seletividade dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS, porque querem ouvir responsáveis políticos, e bem, que tiveram intervenção através da sua assinatura nalguns contratos de concessão e não querem ouvir outros responsáveis políticos, quer da tutela setorial quer da tutela financeira.

É mais um caso de seletividade, é mais um caso de Comissão de Inquérito de acusação, por um lado, e de branqueamento, por outro. É,

assim, uma prática a que já estamos muito habituados e que, mais uma vez, ficou hoje bem expressa por estas votações do PSD e do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, em face do que foi aprovado, temos seis audições para realizar.

Na próxima semana, quarta, quinta e sexta-feiras, dias 27 e 28 de fevereiro e 1 de março, vamos tentar ouvir o Dr. Francisco Pereira Soares, o Eng.º Pedro Serra e o Dr. Vítor Almeida.

Depois, os três nomes que acabámos de aprovar ficariam para os dias 6 — em que há um debate quinzenal com o Primeiro-Ministro às 15 horas e, portanto, seguramente, às 17 horas e 30 minutos o Plenário já terminou —, 7 e 8 de março. Portanto, não precisamos, ainda, de recorrer à terça-feira. Estas três audições cabem perfeitamente no nosso horário normal.

Entretanto, por essa altura, já teremos as propostas para as subconcessões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, quero só colocar uma questão de pormenor. Estes seis nomes vão ser contactados pela ordem em que estão? Se um puder vir para a semana e depois for alterado, como vão fazer? Vão tentar encaixar todos nestes 15 dias? Imagine que o Dr. Jorge Coelho só pode vir para a semana e não no dia marcado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, temos feito as marcações com alguma flexibilidade. Já temos tido situações em que determinada pessoa diz que está no estrangeiro no dia que pretendemos marcar a sua audição e pede para vir na semana seguinte. Nós daremos conta dessas situações.

Portanto, estabelecemos assim indicativamente e depois, se houver alguma necessidade de alterar a data, faremos como temos feito até aqui.

Entretanto, tendo em conta toda esta calendarização que vamos fazer, o Sr. Deputado Sérgio Azevedo pode ir refletindo também na sua própria calendarização enquanto relator, ou seja, a partir de quando podemos concentrar-nos no relatório.

Não precisa responder já, apenas refiro para irmos pensando nisso.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sim, Sr. Presidente, mas para isso há uma condição que é essencial: é necessário que todas as audições que realizámos e que viermos a realizar estejam efetivamente transcritas. Só a partir dessa altura é que se pode, eventualmente calendarizar, embora já contem todas as que tenhamos feito e as que já estão feitas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, de qualquer forma, vá pensando nisso.

Srs. Deputados, se não houver mais nada a tratar, damos por encerrados os trabalhos e podemos voltar ao Plenário, que, creio, ainda estará a decorrer.

Está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 23 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.